



# 6º ENCONTRO NACIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NO MINISTÉRIO PÚBLICO

## **ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL AOS INTEGRANTES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS E INTERDISCIPLINARIDADE**

### **RESUMO**

O presente trabalho tem como escopo apresentar o projeto de atendimento psicossocial de integrantes (membros e servidores) do Ministério Público do Estado de Goiás (MPGO). Este projeto, concluído em março de 2016, teve como objetivo elaborar uma proposta de reestruturação da metodologia de atendimento psicossocial na instituição e desdobrou-se, na elaboração de outro projeto setorial denominado Suporte Psicossocial, ainda em andamento. O projeto Suporte Psicossocial tem como finalidade desenvolver 06 ações de prevenção de saúde mental no trabalho, para os integrantes, até dezembro de 2017. Ademais, pretende mostrar a importância de o Serviço Social se apropriar de outros espaços sócio-ocupacionais dentro da instituição e de trabalhar de forma interdisciplinar.

**Palavras-chave:** Recursos Humanos. Psicossocial. Interdisciplinaridade.

### **INTRODUÇÃO**

O Departamento de Desenvolvimento Humano (DDH), da Superintendência de Gestão em Recursos Humanos (SGRH), do MPGO, realiza atendimento psicossocial de seus integrantes, desde 2008.

Dentre os fatores que desencadearam a necessidade de reestruturação da metodologia de atendimento psicossocial na instituição, encontra-se o levantamento feito pela Gerência de Saúde e Prevenção do Estado de Goiás (GESPRE), no qual detectou-se que o segundo maior índice de licenças médicas dos servidores do MPGO, no ano de 2014, estava relacionado aos transtornos mentais e comportamentais, o aumento de atendimento psicossocial de demandas pessoais e/ou organizacionais e o suporte para o gerenciamento de conflitos no ambiente de trabalho.

Diante dessa realidade, a equipe técnica da SGRH constatou a necessidade de reestruturação do atendimento psicossocial, com o objetivo de sistematizar as ações, através de uma metodologia que atenda as demandas e que priorize ações de prevenção e promoção da saúde, atendimento e acompanhamento psicossocial, gestão de conflitos, encaminhamentos para tratamentos, avaliação do ambiente de trabalho e suporte na atuação gerencial.



# 6º ENCONTRO NACIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NO MINISTÉRIO PÚBLICO

Concomitantemente a esse projeto e ao projeto Suporte Psicossocial, foi criada a Seção de Atendimento Psicossocial (SAP), subordinada ao DDH e à SGRH, com o fito de fortalecer as ações de atendimento psicossocial aos integrantes do MPMGO e o trabalho interdisciplinar entre os profissionais do DDH e do Departamento de Segurança e Saúde Ocupacional (DSSO), também ligado à SGRH.

O DSSO é composto por 02 médicas, 01 enfermeira do trabalho e 02 técnicos de segurança do trabalho. A interdisciplinaridade é uma prática cotidiana na maioria das demandas do DDH, e acontece de forma esporádica entre os profissionais deste Departamento e do DSSO.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Desde o início deste século, o Serviço Social vem ganhando espaço dentro do Ministério Público brasileiro, especialmente, no assessoramento técnico aos membros da instituição. No MPMGO, além deste trabalho, desde 2008, o Serviço Social vem se expandindo e se transformando dentro dos recursos humanos. Apesar disso, nota-se que há necessidade de a profissão fortalecer sua identidade dentro desse espaço sócio-ocupacional.

Entende-se que a reestruturação da SGRH, no início deste ano, constituiu-se em um importante avanço, na direção do fortalecimento da identidade profissional do Serviço Social nos recursos humanos, tendo em vista a criação da SAP, com a finalidade de desenvolver as ações de atendimento psicossocial aos integrantes da instituição; além disso, o incremento de mais 01 assistente social para compor a equipe dessa seção. Aguarda-se a relocação de mais 01 psicóloga.

Segundo Iamamoto (2016), as modificações observadas nos espaços ocupacionais do assistente social tem bases históricas. Diante disso, entende-se que o Serviço Social no Ministério Público não foge a essa regra, pois é o “solo histórico movente que atribui novos contornos ao mercado profissional de trabalho, diversificando os espaços ocupacionais e fazendo emergir inéditas requisições e demandas a esse profissional, novas habilidades, competências e atribuições.” (IAMAMOTO, 2016, p. 03)

Ainda de acordo com essa autora, historicamente, os assistentes sociais se ocuparam da implementação de políticas públicas, atuando “na linha de frente das relações



# 6º ENCONTRO NACIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NO MINISTÉRIO PÚBLICO

entre população e instituição (...) Embora esse seja ainda o perfil predominante, não é mais o exclusivo sendo abertas outras possibilidades.” (IAMAMOTO, 2016, p. 31). Menciona que outras inserções profissionais devem ser acompanhadas de qualificação, tais como, “o conhecimento e o know-how na área de recursos humanos e relações de trabalho, dentre outros.” (IAMAMOTO, 2016, p. 32)

No MPMO, constatou-se que, em 2014, o segundo maior índice de licenças médicas dos seus servidores estava relacionado aos transtornos mentais e comportamentais. Diante disso, profissionais do DDH, com o apoio da Administração Superior da instituição se atentaram para a necessidade de reestruturar a metodologia de atendimento psicossocial que até então era realizada, e de ampliar os profissionais (assistente social e psicólogo) responsáveis pelo atendimento às questões de saúde do servidor, e pela intervenção nas relações de trabalho.

Segundo LANCMAN, BARROS, MANNA e AZEVEDO (2015), a verificação dos efeitos prejudiciais do trabalho na saúde mental mostra a importância de “reflexões que subsidiem o avanço de ações e também das políticas públicas, na busca de soluções globais e efetivas que promovam saúde dos trabalhadores nos respectivos locais e ambientes de trabalho” (p.135).

Assim, no atendimento psicossocial dos integrantes do MPMO, os profissionais têm se norteado pela abordagem teórica e metodológica da psicodinâmica do trabalho, de Cristophe Dejours. Em linhas gerais, essa abordagem visa à compreensão de aspectos psíquicos e subjetivos com início nas relações e organização do trabalho. De acordo com Dejours (2012, 2004a, 2004b *apud* LANCMAN et al., 2015, p. 139), esse referencial teórico e metodológico:

(...) parte do princípio de que o trabalho é um elemento central na constituição da saúde mental do sujeito e da identidade dos indivíduos adultos e o principal elo entre os indivíduos e a sociedade. O trabalho, dependendo de sua organização e conteúdo, poderá ser favorável ou desfavorável à saúde mental do sujeito; assim, trabalhar pode promover ou não o equilíbrio psíquico, a identificação com aquilo que se faz e a realização de si. Esse processo é permeado de fatores subjetivos e sua constatação depende necessariamente de desvelar aspectos menos visíveis das relações de trabalho e do seu impacto nos trabalhadores. Os adoecimentos, quando ocorrem, envolvem aspectos menos evidentes e por vezes negligenciados pelos atores responsáveis por estas ações. Dejours (2012, *apud* LANCMAN et al., 2015, p. 139)



# 6º ENCONTRO NACIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NO MINISTÉRIO PÚBLICO

Acrescenta-se que, além do atendimento psicossocial, outras ações de qualidade de vida no trabalho são desenvolvidas, com o objetivo de promover a saúde, o bem-estar e o desenvolvimento dos integrantes do MPMGO, visando a melhoria do ambiente de trabalho e das relações interpessoais com foco no fortalecimento da estrutura organizacional.

Ressalta-se que o trabalho do DDH é desenvolvido de forma interdisciplinar. Contudo, com os profissionais do DSSO, o trabalho acontece apenas de forma esporádica, após a análise de cada caso. Ao DSSO compete a gerência e supervisão e execução de projetos e programas de segurança no trabalho e de saúde ocupacional.

Acerca da interdisciplinaridade, faz-se importante mencionar-se MACÊDO, LIMA, FLEURY e CARNEIRO (2016):

A interdisciplinaridade é o caminho. Médicos, enfermeiros, engenheiros, ergonomistas, psicólogos, psiquiatras, técnicos de segurança do trabalho, empregadores, empregados, juizes, procuradores, auditores, advogados e pensadores do Direito do Trabalho precisam parar, refletir, pensar, estudar e atuar sobre o meio ambiente de trabalho para que ele dignifique e plenifique o homem no seu saber maior, o próprio trabalho. (MACÊDO et al., p.30)

Acrescenta-se nessas categorias profissionais, os assistentes sociais que atuam nos recursos humanos das organizações. Presumindo-se, conforme Rodrigues (1999, p. 42 *apud* ELY, 2003, p. 115), a “interdisciplinaridade como postura e como perspectiva de articulação dos conhecimentos é uma necessidade cada vez mais incontestável no mundo do trabalho”, é muito difícil refletir a ação do assistente social em outro lugar que não nessa relação. Rodrigues (1995) destaca que:

Entendendo-se a interdisciplinaridade como 'postura profissional' e 'princípio constituinte da diferença e da criação' compreender-se-á que o Serviço Social — uma vez que articula diferentes conhecimentos de modo próprio, em um movimento crítico entre prática-teoria e teoria-prática — é uma profissão interdisciplinar por excelência. Assim, para o Serviço Social, a interação com outras áreas é particularmente primordial: seria fatal manter-se isolado ou fazer-se cativo. A interdisciplinaridade enriquece-o e flexiona-o, no sentido de romper com a univocidade de discurso, de teoria, para abrir-se à interlocução diferenciada com outros. Isto implica romper com dogmatismos muitas vezes cultivados no interior da profissão. Rodrigues (1995, p. 157, *apud* ELY, 2003, p. 115)

Assim, o Serviço Social dos recursos humanos do MPMGO tem buscado atuar, diuturnamente, nessa perspectiva de interdisciplinaridade, com os profissionais do DDH,



# 6º ENCONTRO NACIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NO MINISTÉRIO PÚBLICO

especialmente, no atendimento às questões de saúde dos integrantes da instituição; com o DSSO, a perspectiva ainda é mais multidisciplinar.

Os integrantes do MPMGO, no cotidiano de seu trabalho, deparam-se com múltiplas e complexas expressões da questão social, quando da busca do cidadão pela garantia de seus direitos, na instituição. O contato diário com essa realidade e com fatores estressores no ambiente de trabalho, podem desencadear nos integrantes, um processo de esgotamento físico e mental. Compreende-se que a instituição precisa criar e desenvolver ações interdisciplinares de atenção à saúde mental ao seu público interno. E que estas ações podem resultar em um atendimento qualificado e humanizado ao cidadão que busca os serviços do MPMGO

Entende-se que, para que o Ministério Público consiga cumprir as funções institucionais que lhes foram estabelecidas no art. 129 da Constituição Federal de 1988, é importante que volte o seu olhar aos membros e servidores da instituição, garantindo-lhes o direito fundamental à proteção da saúde mental. E o trabalho interdisciplinar mostra-se necessário quanto à essa proteção.

### **3. RESULTADOS ALCANÇADOS**

O projeto de atendimento psicossocial aos integrantes do MPMGO, aprovado pelo Departamento de Gestão de Projetos, da Superintendência de Planejamento e Gestão (SUPLAN), e pela Administração Superior, teve como objetivo reestruturar o atendimento psicossocial. Teve como entrega a apresentação do procedimento de suporte psicossocial aos integrantes. Este foi dividido em 04 eixos teóricos metodológicos: 1) prevenção; 2) atendimento psicossocial; gestão de conflitos; avaliação do ambiente organizacional.

Essa proposta se desdobrou no projeto denominado Suporte Psicossocial, também aprovado pela SUPLAN e Administração Superior, que teve como objetivo realizar 06 ações de prevenção de saúde mental no trabalho para os integrantes do MPMGO. Destaca-se que, embora este projeto tenha como foco o eixo teórico metodológico prevenção, as demandas pertinentes aos demais eixos continuam sendo atendidas paralelamente, no DDH. Em razão de levantamento feito pela GESPRES, no qual se detectou que o segundo maior índice de licenças médicas dos servidores do MPMGO, no ano de 2014, estava relacionado aos



# 6º ENCONTRO NACIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NO MINISTÉRIO PÚBLICO

transtornos mentais e comportamentais, o projeto em questão evidenciou ações de prevenção de saúde mental no trabalho.

O projeto Suporte Psicossocial tem como principais entregas, as seguintes ações de prevenção: 1) realização de palestra sobre saúde mental e medicina integrativa, por meio da MPTV; 2) estruturação do conteúdo de gestão de pessoas e de saúde mental no trabalho para apresentação no curso de formação dos promotores de Justiça; 3) mapeamento do processo de suporte psicossocial; 4) elaboração do modelo de suporte psicossocial para integração organizacional na Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Goiânia; 5) pesquisa de material para elaboração de informativo sobre saúde mental no trabalho; 6) apresentação de relatório de estudo do ambiente de trabalho da Divisão de Transportes.

Até a conclusão desse trabalho, apenas a ação 1 do projeto “Suporte Psicossocial” foi concluída; as demais estão em andamento e têm previsão de término até dezembro de 2017.

Concomitantemente ao andamento desses projetos, foi criada a Seção de Atendimento Psicossocial (SAP), por meio de Ato PGJ N. 03, de 3 de fevereiro de 2016. Este ato administrativo alterou a estrutura organizacional da SGRH e fixou as atribuições dos seus órgãos subordinados, dentre os quais se encontra a SAP. À SGRH compete gerir a política de recursos humanos, as atividades de administração de pessoal, desenvolvimento e saúde e segurança do trabalho (art. 1º).

Dentro dessa estrutura organizacional, a SAP se encontra subordinada ao DDH e à Divisão de Atenção ao Integrante (DAI) e tem como competências, segundo o art. 5º do Ato em questão: **realizar atendimento psicossocial e mediar conflitos no ambiente de trabalho**; à DAI compete **a coordenação da avaliação e acompanhamento psicossocial dos integrantes e dos ambientes de trabalho**, a implementação de ações preventivas e promocionais relacionadas à saúde mental, o subsídio, por meio de análise psicossocial e profissiográfica, à alocação e movimentação de integrantes e coordenar os projetos e programa de qualidade de vida no trabalho, as ações de melhoria do clima organizacional e as atividades de integração (art. 4º); ao DDH compete gerir os programas de desenvolvimento para os integrantes, supervisionar os programas de gestão de pessoas por competências, **de atendimento psicossocial** e de qualidade de vida no trabalho, realizar



# 6º ENCONTRO NACIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NO MINISTÉRIO PÚBLICO

atividades em apoio à Comissão de Avaliação de Estágio Probatório e coordenar as atividades do Programa Jovem Aprendiz.

Observa-se que a criação da SAP teve como principal objetivo fortalecer as ações de atendimento psicossocial aos integrantes, que já eram desenvolvidas, desde 2008, por 01 assistente social da DAI e por 01 psicóloga do DDH, com o apoio de 01 psicóloga da Divisão de Gestão de Pessoas por Competências.

Salienta-se a criação da SAP, que iniciou suas atividades, recentemente, com a realocação de 01 assistente social, e que aguarda a realocação de 01 psicóloga, para composição de uma equipe responsável pelo desenvolvimento das competências que lhes foram atribuídas pelo Ato acima mencionado. Além disso, foi disponibilizado um espaço físico ao DDH, o qual conta com uma sala para atendimento individual aos integrantes; existe um *lay out* para de adequação desse espaço, a fim de torná-lo mais humanizado.

No que diz respeito ao trabalho interdisciplinar, como já destacado, atualmente, acontece entre profissionais do DDH, psicólogo e assistentes sociais. Já existe uma abertura por parte dos outros profissionais, para discussões e deliberações, em conjunto, principalmente, nos casos de intervenção da área psicossocial.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nos últimos anos, o Serviço Social tem ocupado novos espaços ocupacionais no Ministério Público brasileiro, especialmente, no assessoramento técnico aos membros da instituição.

No MPMGO, desde 2008, a profissão vem se expandindo e se transformando dentro dos recursos humanos, pois a instituição tem como política a valorização dos recursos humanos. Nesse sentido, dentre outros fatores, após levantamento feito, em 2014, no qual se notou que o segundo maior índice de licenças médicas dos servidores do MPMGO dizia respeito a transtornos mentais e comportamentais, entendeu-se necessário uma reestruturação da metodologia de atendimento psicossocial na instituição.

Recentemente, mais 01 assistente social compôs a equipe técnica da SGRH, com o objetivo contribuir no desenvolvimento dos projetos institucionais direcionados aos seus integrantes, principalmente, aqueles relacionados ao atendimento psicossocial. Destaca-se o ato administrativo de reestruturação da SGRH, que ampliou o atendimento à saúde do



# 6º ENCONTRO NACIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NO MINISTÉRIO PÚBLICO

servidor, com a criação do DDH, DDSO, e da SAP, possibilitando o desenvolvimento do trabalho interdisciplinar entre as equipes que os compõem.

Por fim, a partir do trabalho realizado pelos profissionais do DDH, observa-se que é necessário direcionar o olhar para as demandas dos integrantes da instituição, que crescem a cada dia, e dar a importância devida às relações de trabalho, às relações interpessoais, à organização do trabalho, com o objetivo de prevenir o adoecimento mental dos integrantes, e sobretudo ofertar-lhes a atenção enquanto sujeitos do direito fundamental de proteção à saúde mental.



# 6º ENCONTRO NACIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NO MINISTÉRIO PÚBLICO

## REFERÊNCIAS

BARUKI, Luciana Veloso. Riscos psicossociais e saúde mental do trabalhador: por um regime jurídico preventivo. São Paulo: LTR, 2015.

BRASIL, *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: [https://intranet.mpggo.mp.br/service/home/~//lamamoto.pdf?auth=co&loc=pt\\_BR&id=13156&p\\_art=2](https://intranet.mpggo.mp.br/service/home/~//lamamoto.pdf?auth=co&loc=pt_BR&id=13156&p_art=2) Acesso em: 15 de setembro de 2016.

ELY, Fabiana Regina. *In* Revista Katálysis. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/7123/6625> Acesso em: 20 de setembro de 2016.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. *In*: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Disponível em: [https://intranet.mpggo.mp.br/service/home/~//lamamoto.pdf?auth=co&loc=pt\\_BR&id=13156&p\\_art=2](https://intranet.mpggo.mp.br/service/home/~//lamamoto.pdf?auth=co&loc=pt_BR&id=13156&p_art=2) Acesso em: 13 de setembro de 2016.

LANCMAN, Selma; BARROS Juliana de Oliveira; MANNA Vania; AZEVEDO Marcelo José. Relatos de experiências em clínica psicodinâmica do trabalho. *In*: MACÊDO, Kátia Macêdo (org.), *O Diálogo que Transforma: a clínica psicodinâmica do trabalho*. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2015, 135-153.

MACÊDO, Kátia Barbosa; LIMA, Janilda Guimarães de; FLEURY, Alessandra Ramos Demito; CARNEIRO, Carla Maria Santos. Organização do trabalho e adoecimento: uma visão interdisciplinar. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2016.

ROSSI, Ana Maria; MEURS, James A.; PERREWÉ, Pamela L.. Stress e qualidade de vida no trabalho. São Paulo: Atlas, 2015.